



**LEI Nº 2.576, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, o reajuste específico da categoria Q, a majoração do vale-alimentação e dá outras providências.

**GILBERTO DONIZETI DE SOUZA**, Prefeito Municipal da Estância Climática de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica do Município;

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal da Estância Climática de São Bento do Sapucaí aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica concedida a **Revisão Geral Anual – RGA**, destinada exclusivamente à recomposição do poder aquisitivo da moeda, no percentual de **4,68%** (quatro vírgula sessenta e oito por cento), correspondente à variação acumulada do IPCA de Novembro de 2024 até Outubro de 2025, acumulado de 12 meses, a todos os agentes públicos do Município, do Poder Executivo e Legislativo, incluindo servidores estatutários, celetistas e empregados públicos da administração direta e indireta, bem como aposentados e pensionistas, quando devido.

**Art. 2º.** Fica concedida a **Revisão Geral Anual – RGA**, destinada exclusivamente à recomposição do poder aquisitivo da moeda, no percentual de **4,68%** (quatro vírgula sessenta e oito por cento), correspondente à variação acumulada do IPCA de Novembro de 2024 até Outubro de 2025, acumulado de 12 meses, a todos os agentes políticos eleitos ou nomeados.

**Art. 3º.** Além da Revisão Geral Anual prevista no artigo anterior, fica concedido aos servidores públicos municipais, exceto aos integrantes da **categoria Q**, um **reajuste adicional de 0,32%** (zero vírgula trinta e dois por cento), que somado ao RGA ora aplicado resulta em aumento total de totalizando **5%** (cinco por cento).

**§1º** - A aplicação dos percentuais previstos no caput incidirá sobre o vencimento base, salário base ou referência equivalente, conforme a forma de remuneração aplicável a cada carreira, vigentes na competência Dezembro 2025.

**§2º** – Nenhuma forma de reajuste, ou seja, aumento real de vencimentos, será aplicada aos agentes políticos eletivos ou nomeados, cujos subsídios são fixados em parcela única e em legislação própria, respeitados a respectiva competência legislativa sobre a matéria e o princípio da anterioridade legislativa.

**Art. 4º.** Os integrantes da **categoria Q** farão jus ao **reajuste específico de 2,82%** (dois vírgula oitenta e dois por cento), que somado ao RGA ora aplicado resulta em aumento total de **7,5%** (sete vírgula cinco por cento) aplicados sobre o vencimento-base,





salário-base ou referência equivalente, conforme a forma de remuneração aplicável a cada carreira, vigentes na competência Dezembro 2025.

**Art. 5º.** Fica majorado o benefício do **Vale-Alimentação** concedido aos servidores públicos municipais nos termos da Lei Municipal nº 2441/2024 com o valor atual determinado pela Lei Municipal nº 2524/2025 em **R\$ 75,00** (setenta e cinco reais), passando o valor mensal do benefício a ser de **R\$ 650,00** (seiscentos e cinquenta reais).

**§1º.** O valor atualizado será aplicado de forma uniforme a todos os servidores beneficiados pelo programa, conforme legislação específica vigente.

**§2º.** O Vale-Alimentação mantém caráter indenizatório, não se incorporando aos vencimentos ou remuneração.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas na **Lei Orçamentária Anual de 2026**, as quais já preveem os reajustes ora estabelecidos.

**Art. 7º -** Para fins de anotação em carteira de trabalho e demais documentos de registros funcionais ou envio de informações a obrigações acessórias, bem como inserção e demais cálculos em sistemas de folha de pagamentos, os centavos decorrentes do aumento dos vencimento-base de que trata esta Lei, serão arredondados para a unidade real imediatamente superior.

**Art. 8º.** O impacto financeiro-orçamentário e a declaração de adequação orçamentária e financeira, nos termos da LRF, acompanham o presente Projeto como Anexo I.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com os respectivos efeitos remuneratórios a partir da competência Janeiro 2026.

São Bento do Sapucaí, 22 de Dezembro de 2025.

**GILBERTO DONIZETI DE SOUZA**  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada por afixação na sede da Prefeitura Municipal e publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município, conforme art. 68, § 1º da Lei Orgânica do Município.

**JAELEI EVANDRO DE CAMARGO**  
Assessor Jurídico